

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

### LEI Nº 1.665/2023

**Inserir e Alterar dispositivos da Lei nº 1.637, de 18 de março de 2022—que Reestruturação do Quadro de Servidores Comissionados da Câmara Municipal de Ribeirão, e dá outras providências.**

**O Prefeito do Município do Ribeirão**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica art. 70, IV, Faz saber que a Câmara de Vereadores de Ribeirão, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica acrescido os artigos 4º-A, 4º-B e parágrafo único do Art. 4º-B, da Lei nº 1.637, de 18 de março de 2022, com a seguinte redação:

**“Art. 4º-A. Os valores atribuídos aos cargos em comissão constantes da Lei nº 1.637/2022, serão estabelecidos numa proporção de 45% de Salário-Base e 55% de Representação, excluindo-se os cargos em comissão CCL-1 e CCL-2, que serão estabelecidos numa proporção de 100% do Salário-Base.**

**Art. 4º-B. Os valores atribuídos ao Vencimento-Base e à Representação concedidos aos cargos em comissão CCL-3 a CCL-6, são os constantes do Anexo I desta Lei.**

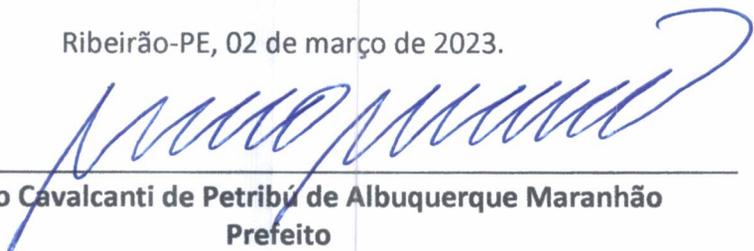
**Parágrafo único. São indenizatórias as parcelas correspondentes à Representação dos cargos comissionados.”**

**Art. 2º.** Fica altera os requisitos para o cargo comissionado de Ouvidor Legislativo, com a seguinte redação:

**“Requisitos: Ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; possuir ensino médio.”**

**Art. 3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Anexo I e os requisitos para o cargo comissionado de Ouvidor Legislativo, da Lei Municipal nº 1.637, de 18 de março de 2022

Ribeirão-PE, 02 de março de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**Marcello Cavalcanti de Petribu de Albuquerque Maranhão**  
Prefeito

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**ANEXO I**

**QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS E REMUNERAÇÃO**

CÓDIGO	VAGAS	DESCRIÇÃO	SALÁRIO BASE	REPRESENTAÇÃO
CCL1	01	TESOUREIRO	R\$ 6.000,00	----
CCL2	13	ASSESSOR PARLAMENTAR	R\$ 3.450,00	----
CCL3	02	ASSESSOR ESPECIAL LEGISLATIVO	R\$ 2.250,00	R\$ 2.750,00
CCL3	01	CHEFE DE GABINETE	R\$ 2.250,00	R\$ 2.750,00
CCL3	01	OUVIDOR LEGISLATIVO	R\$ 2.250,00	R\$ 2.750,00
CCL3	01	DIRETOR GERAL	R\$ 2.250,00	R\$ 2.750,00
CCL4	01	ASSESSOR CERIMONIAL	R\$ 1.800,00	R\$ 2.200,00
CCL4	01	ASSESSOR DE MÍDIAS SOCIAIS	R\$ 1.800,00	R\$ 2.200,00
CCL4	01	ASSESSOR DAS COMISSÕES	R\$ 1.800,00	R\$ 2.200,00
CCL5	01	ASSESSOR DE ÁUDIO E VÍDEOS	R\$ 1.575,71	R\$ 1.925,00
CCL6	01	ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA	R\$ 1.327,50	R\$ 1.622,50
CCL6	01	ASSESSOR LEGISLATIVO	R\$ 1.327,50	R\$ 1.622,50
CCL6	01	DIRETOR ADMINISTRATIVO	R\$ 1.327,50	R\$ 1.622,50
CCL6	01	DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS	R\$ 1.327,50	R\$ 1.622,50

Ribeirão-PE, 02 de março de 2023.

  
Marcello Cavalcanti de Petribú de Albuquerque Maranhão  
Prefeito

  
Altamiro Luiz Bastos Fontes  
Procurador do Município de Ribeirão PE  
CAB/PE nº 9 703



Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
Superintendência Regional de Pernambuco

Controlador  
Jurídico  
Procuradoria  
S. INETE DO PR  
Sec. Imp. Estrutural 09/02/23  
Data 09/02/23  
Marina de Fátima

OFÍCIO Nº 16341/2023/SRE - PE

Recife, 01 de fevereiro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
MARCELO CAVALCANTI MARANHÃO  
Prefeito de Ribeirão  
Praça Estácio Coimbra, nº 359 - Centro  
CEP - 55.520-000 - Ribeirão/PE

**Assunto: Orientações para o uso regular da Faixa de Domínio da União.**

Senhor Prefeito,

1. A presente comunicação tem por objetivo orientar quanto ao uso correto das faixas de domínio de rodovias federais.
2. Criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT é o órgão que executa a política nacional de infraestrutura do Sistema Federal de Viação e que administra as rodovias federais não concedidas ou conveniadas. Vinculado ao Ministério dos Transportes, o DNIT é responsável por gerir, entre outros bens e direitos, as faixas de domínio das rodovias sob sua responsabilidade.
3. **Conforme art. 50 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias federais obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo DNIT. Já a Lei 10.233/01 e a Resolução nº 07/2021-DG/DNIT estabelecem que a utilização da Faixa de Domínio deverá ser formalizada por meio de Termo de Permissão Especial de Uso - TPEU.**
4. Esclarecemos que o uso irregular da faixa de domínio compromete a segurança viária e tem acarretado acidentes, inclusive com vítimas fatais. Além das perdas humanas, os acidentes sobrecarregam e oneram o sistema público de saúde.
5. **Para garantir a segurança viária, é imprescindível que os estabelecimentos lindeiros às rodovias (postos de gasolina, restaurantes, pousadas, etc.), tenham seus acessos de entrada e saída de veículos aos referidos imóveis regularizados, com o projeto devidamente aprovado pelo DNIT/PE e a formalização do Termo de Permissão Especial de Uso da Faixa da União.**
6. Considerando que é obrigatório o **Alvará da Prefeitura** para o funcionamento de atividades comerciais, solicitamos à esta Prefeitura que antes da emissão de alvarás de funcionamentos aos estabelecimentos lindeiros, faça consulta ao DNIT quanto a regularidade do acesso ao imóvel.
7. A cooperação entre prefeituras e o DNIT será fundamental para assegurar o tráfego de veículos com segurança nas rodovias federais.
8. Por oportuno, lembramos que a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, foi recentemente modificada pela Lei nº 13.913, de 25 de novembro de 2019, notadamente o seguinte artigo:

"Art. 4º - Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

III – ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado podrá ser reduzida por lei

**municipal ou distrital que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de 5 (cinco) metros de cada lado. "**

9. A mudança na Lei de sobre o Parcelamento do Solo Urbano tem levado diversos interessados a procurarem o DNIT alegando esta redução de limites. No entanto, o texto que autoriza os municípios a diminuir o espaço ao longo de rodovias de 15 metros para até 5 metros de cada lado **exige para tal fim uma lei municipal.**
10. A Superintendência Regional do DNIT/PE, por meio do Serviço de Operações Terrestres, fica à disposição para demais esclarecimentos, e espera contar com apoio desta Prefeitura para o uso correto e seguro das faixas de domínio da União.
11. Contatos: email: maria-rosa.silva@dnit.gov.br; esdras.souza@dnit.gov.br.
12. Cumprimentamos Vossa Excelência e renovamos nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

*assinatura eletrônica*

**Leandro Miranda Teixeira**

**Superintendente Regional Substituto do DNIT/PE**



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Miranda Teixeira, Superintendente Regional no Estado de Pernambuco-Substituto**, em 01/02/2023, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **13597824** e o código CRC **771E76EB**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 50604.000225/2023-30

SEI nº 13597824

Av. Antônio de Góes, 820  
CEP 51.010-000  
Recife/PE |

ÁREA DE FISCALIZAÇÃO DO DNIT/ FAIXA DE DOMÍNIO

LIMITE FAIXA DE DOMÍNIO

ACOSTAMENTO

RODOVIA

EIXO DA RODOVIA PRINCIPAL

ACOSTAMENTO

LIMITE FAIXA DE DOMÍNIO

ACESSO

ÁREA PRIVADA DE USO:

COMERCIAL

INDUSTRIAL

PARTICULAR

